

ENTREVISTA

Fernando Santos

EXPERIÊNCIAS COLETIVAS DE PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS: POSSIBILIDADES PARA UMA MELHOR INTERVENÇÃO NA REALIDADE CONCRETAS

Eneida Oto Shiroma

Sobre a entrevistada

Eneida Oto Shiroma é doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1993) e doutorado sanduíche em *Industrial Relations* na *London School of Economics and Political Sciences* (1992). Realizou pós-doutorado na Universidade de Nottingham e na Universidade de Oxford. É Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina e vice-líder do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO). Foi Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC (2006-2008), Coordenadora do Fórum Sul de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em Educação (2007-2008), Presidente da Comissão PIBIC do CED/UFSC (2015-2016) e Editora Associada da Revista *Perspectiva* (2011- 2012). Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: política educacional, trabalho e educação, redes de políticas públicas.

Sobre o entrevistador

Fernando Santos é professor de História da Educação na Unidade Acadêmica Especial de Educação da Universidade Federal de Jataí (UFJ). Doutor em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC), mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).

Palavras-chave:

Formação de Professores. Organismos Multilaterais. Políticas Educacionais. Trabalho Docente.

Professora Eneida, muito obrigado por aceitar nosso convite e gentilmente participar dessa entrevista¹. Muitos de nós, estudantes, pesquisadoras e pesquisadores, professoras e professores temos acompanhado a sua produção acadêmica e ela tem contribuído para o avanço da nossa reflexão crítica sobre as políticas públicas para a educação e seus desdobramentos no ambiente escolar e no trabalho docente. Nesse sentido, gostaríamos inicialmente que nos falasse sobre a sua formação acadêmica e sua trajetória como pesquisadora na Educação.

Agradeço o convite e parabenizo o NUFOPÉ pelos 10 anos de existência, pesquisando e formando pesquisadores em perspectiva crítica, a despeito de todas as adversidades e obstáculos interpostos pela áspera conjuntura atual. Iniciando pela formação, fiz a Educação Básica durante a ditadura civil militar e a graduação em Terapia Ocupacional, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-SP). Nos anos de chumbo, fomos, contraditoriamente, aprendendo a reorganizar o centro acadêmico, o movimento estudantil, enquanto os professores construíam o ANDES-SN e os demais trabalhadores organizavam suas associações. No contexto da chamada “redemocratização” do país, a universidade

¹ Entrevista realizada em 23 de junho de 2020.

desenvolvia muitas ações junto aos movimentos sociais, trabalhos na periferia, participamos de muitas passeatas e atos nas praças públicas, movimentos como o “Direta Já” que congregavam universidade e população em grandes manifestações. O trabalho voltado à reintegração de sujeitos marginalizados à sociedade levou a questionar os processos de marginalização e, na sequência, fiz o curso de pós-graduação em Educação na Unicamp. Estudei com orientação de Mauricio Tragtenberg, numa época em que o mestrado tinha duração de quatro anos e os eventos que aconteciam na universidade pública eram abertos e gratuitos. Vivi momentos de formação muito ricos. Fiz upgrade ao doutorado e pesquisei os impactos sociais da reestruturação produtiva, particularmente, do Modelo Japonês. Naquele período, atuei como bolsista num projeto internacional da *Red Latino Americana de Estudios del Trabajo*. Foi um aprendizado incrível de muito estudo e pesquisa de campo em chão de fábricas que estavam sendo reestruturadas, entrevista com sindicalistas, participação em seminários com pesquisadores internacionais e estudo sobre o que havia de mais avançado sobre Modelo japonês. Em 1991, fiz um doutorado sanduiche sob orientação de Stephen Wood, na área de Relações Industriais na *London School of Economics and Political Science*. Defendi a tese em 1993 e, em 1995 ingressei, na UFSC, na área de Educação e Trabalho.

Ocorriam acalorados debates em torno da nova LDB, PCNs, qualidade total na educação e neoliberalismo. Olinda Evangelista convidou-me para colaborar com um artigo num número do *Jornal em Defesa da Escola Pública* que estava organizando. Lá começou essa parceria que já fez bodas de prata. Observei a lacuna que havia entre o discurso educacional sobre supostas demandas do mercado de trabalho decorrente do avanço tecnológico, da reestruturação produtiva e do avanço do neoliberalismo no Brasil.

No ano seguinte, participando de um Projeto de Avaliação do Plano Nacional de Formação Profissional coordenado por Ana Maria Saul, incursionei pelos estudos de políticas públicas para a Educação Profissional, e no estudo sistemático da legislação nacional articulando política, trabalho e educação. Com o tempo, formei com os orientandos um grupo de pesquisa que foi precursor do GEPETO. Ainda no final dos anos 1990, participei de um convênio do PPGE/UFSC com o *British Council*, coordenado por Maria Celia Marcondes de Moraes que envolvia missões e intercâmbio de pesquisadores com a Universidade de Nottingham onde fiz um estágio pós-doutorado em 2001. Lá encontrei uma produção instigante sobre profissionalização e mergulhei pelos estudos da sociologia das profissões para compreender a ênfase que estava sendo dada à profissionalização docente. Tomei contato com autores que me propiciaram problematizar o conceito de *profissionalização* que se alastrava nos discursos educacionais. Pesquisando metodologias críticas de análise de textos políticos, conheci a Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough particularmente nos textos em que escrutinava os discursos de Tony Blair e o papel do Novo Trabalhismo inglês na construção da “nova gestão pública”. Essa forma de analisar documentos para captar, na polifonia dos discursos, desvelar o sentido da política foi um aprendizado que me descortinou uma nova frente de estudos.

Voltando ao Brasil, iniciei um projeto para estudar *A linguagem da Reforma*, e construí com os pesquisadores do Gepeto, uma metodologia de análise conceitual de documentos. Foi fundamental para entender a centralidade que assumiram os conceitos como “qualidade”, “gestão eficaz”, “inclusão” e “responsabilização” nas reformas educacionais. Seguimos investigando as novas estratégias de gerenciamento de professores que estavam sendo gestadas no Brasil por imbricada rede envolvendo empresas, bancos, OM e Estado. Em 2005 iniciei uma pesquisa para investigar essas redes ativas na formulação de políticas públicas, mapeamento os membros do *Programa para Reforma Educacional na América Latina e Caribe (PREAL)* para analisar a participação no aparelho de estado, em OM, conselhos de empresas, bancos, editoras, mídia, Fundações e Institutos, *think tanks* entre aparelhos privados de hegemonia (APH). Aquela pesquisa nos permitiu compreender as

relações global local sob novas bases, não apenas como imposição *top down* de políticas internacionais. A análise de redes contribuiu sobremaneira para pesquisar as mediações, influências e construção de consensos necessários para ocultar os interesses de reformar a educação para atender interesses particulares do capital, sob discurso de “qualidade da educação para todos”, aparentando serem porta vozes do interesse universal.

O estudo dessas redes, fundações, instituições que difundem essas ideias no Brasil ganhou redobrado interesse quando fui, em 2011, para Oxford, fazer um segundo pós-doutorado com Jenny Ozga. Seu grupo estava pesquisando o OFSTEd uma agência estatal de inspeção da educação no Reino Unido, a OCDE e seu papel na construção de um espaço europeu e a governança. Enveredei por este estudo, do papel das redes políticas públicas na governança transnacional da educação que me conduziu à discussão da convergência das políticas para docentes nas agendas.

As pesquisas do GEPETO sobre políticas de diversos OM para níveis e modalidades de educação têm contribuído sobremaneira para os avanços dos estudos nessa área na medida em que possibilita obtermos uma visão de conjunto, sobre os eixos das reformas, suas prioridades, estratégias de cada Organização, permitindo identificar similaridades e diferenças em suas táticas, as ações orquestradas pelo Fórum Econômico Mundial, OCDE, BM e outros representantes do grande capital para conseguirem sinergia na implantação das reformas pensadas no centro para reformarem a educação na periferia.

Nos últimos anos, protagonismo da indústria e bancos na definição de reformas educacionais clamando por reformas curriculares, de avaliação, gestão e formação de professores, alegando urgência em modernizar a escola, ensinar competências socioemocionais e empreendedorismo em função das demandas do mercado senti necessidade de voltar aos estudos das transformações no trabalho para compreender as recentes reformas educacionais.

Nos últimos projetos, tenho pesquisado a chamada Indústria Criativa, novos modelos de negócio, a produção de intangíveis, discurso deslumbrado sobre a Indústria 4.0, inovações possibilitadas pelo avanço tecnológico impulsionando processos terríveis de exploração, degradação do trabalho, expropriações como uberização, empreendedorismo, etc. Com esse percurso tortuoso expressa a articulação entre os temas e interesses de pesquisa desenvolvidas, colocando novas questões em torno de trabalho, educação e política.

Em suas pesquisas e produção acadêmica, percebemos, como ponto de partida ou ainda, como ponto central de análise, a atuação dos Organismos Multilaterais (OM) e a forte influência na formulação das políticas educacionais, principalmente nos países de economias periféricas. Você pode nos apontar quais são os efeitos históricos mais evidentes dessa influência e de que forma os governos (federal, estaduais, distrital e municipal) respondem às recomendações do Banco Mundial, Unesco, BID, Cepal, OMC, dentre outros?

Não diria que este é o ponto central de análise, mas entendo que para compreendermos as políticas educacionais num mundo globalizado, marcado pelas assimetrias e pela exploração capitalista é preciso considerar os interesses econômicos, políticos, ideológicos de regulação social, de reprodução das condições sociais de produção. Compreendo a educação imbricada nessas relações, então, trabalho com esses pressupostos para analisar a similaridade das reformas educacionais adotadas em distintos países. Apesar do *timing* diferente, o isomorfismo das reformas é efeito amplamente constatado, bem como a homogeneização dos discursos calibrados no diapasão do BM e OCDE, os neologismos difundidos pela Unesco que colonizam os debates nacionais de política educacional, propostas curriculares, diretrizes de formação de professores, a construção de agendas globais definidas em fóruns como Conferências Mundiais de Educação para Todos. Para citar um documento que evidencia

essa estratégia de governança global da educação, lembro a *matriz de aportaciones* dos OM contida nos projetos hemisféricos da OEA (2003) onde estão especificadas as tarefas de traçar diagnósticos, estabelecer metas e indicadores para a região, fortalecer continuamente o desenho das estratégias e ações dos projetos mediante organização de seminários e documentos que permitam a formação continuada, formação de recursos humanos e atentam para a necessidade de se estimular a capacidade dos projetos atraírem e convocarem outros “atores sociais” para potencializar seu impacto e legitimidade, produzindo consenso.

Alguns exemplos recentes dessa influência internacional nas políticas nacionais foram a Reforma do Ensino Médio, na conformação da Base Nacional Comum curricular (BNCC), a introdução das Competências Socioemocionais no currículo e na formação de professores. A parceria de corporações, fundações e institutos empresariais, bancos e fundos de investimentos com Secretaria de Educação, Consed e Undime são evidências gritantes da rede de políticas públicas. Em nível local, temos como exemplo o convenio do BID com a prefeitura de Florianópolis para reformas na Educação Básica, da OCDE com governo de Santa Catarina, do Instituto Ayrton Senna (IAS) com a Secretaria Estadual de Educação, da FIESC sediando encontros e seminários de educação com MEC, IAS, membros do CNE e Undime. Esses exemplos mostram a atualidade da formulação gramsciana de que a hegemonia vem da fábrica indicando a importância dos estudos sobre trabalho e educação para adequada compreensão das mazelas que atingem a educação.

Ainda em relação aos organismos multilaterais, como podemos atribuir à participação e os interesses que eles representam nas e com as políticas públicas para a educação? De que maneira essa influência, principalmente em países periféricos, muda diretrizes econômicas e político-sociais e de que forma a pesquisadora e o pesquisador da educação pode identificar e compreender suas múltiplas formas de determinação e expressão?

São muitas questões em uma e todas evocam a necessária articulação entre político e econômico para serem respondidas. Entendo, como Dale (2007) que é simplificada a ideia de imposição de medidas idênticas a todos os países, uma vez que a globalização não é um processo homogêneo e nem visa produzir resultados iguais em países que ocupam posições distintas na divisão internacional do trabalho. Dale (2007) esclarece que imposição designa um processo de natureza compulsória, com forte pressão exercida externamente pelo estabelecimento de metas, como ocorre, por exemplo, com as condicionalidades que acompanham os empréstimos do Banco Mundial. Existem, contudo, outros meios usados pelas organizações multilaterais para influenciar as reformas educacionais. Penso que essas agências se orientam por um conjunto de medidas para responder às crises do capital e aos problemas pautados pelos países hegemônicos que indicam a direção para a qual as políticas dos diferentes Estados nacionais precisariam ser orientadas para assegurar o processo de acumulação, em qualquer parte do globo, para responder ao processo de financeirização da economia. Um caminho de análise interessantes proposto por De Mari (...) é compreender os OM como intelectuais coletivos, em sentido gramsciano, que representam os interesses do capital mundializado. Essas organizações atuam em vários setores em que seja possível criar novos modelos de negócio, vender mercadorias, explorar e produzir mais valor. Contudo, como suas propostas chegam ao chão da escola? Há um longo caminho pelo MEC ou Secretarias de Educação, Consed e Undime para influenciar gestores, direcioná-los com pressões ou induções, coerção e consenso, a redefinir metas e prioridades para professores e escolas. Em meus estudos sobre redes sociais procuro mapear essa relação global-local procuro mapear os agentes - consultores, experts, financiadores, patrocinadores, APH – centrais nas estratégias de harmonização, produção de consensos para alinhar os planos de educação locais e nacionais com as metas internacionais.

Do meu ponto de vista, não é o discurso que muda diretrizes econômicas e político-sociais, não é a recomendação internacional, *per si*, e diretamente que muda a legislação nacional e diretriz local. Há interesses de classe, sujeitos e redes em ação. Tentar entender e explicar as mediações abrange a formação de um discurso para minar o senso comum, com conceitos, concepções e visões que são difundidas colonizando os debates, a formação de docentes e de gestores, as formas de pensar e fazer educação. Uma nova cultura de gestão adentra os espaços públicos, as escolas com gerências, discutindo competências, inovação, empreendedorismo, produtivismo, gestão de resultados, captação de recursos, patentes e propriedade intelectual. Cabe aos pesquisadores não menosprezar o estranhamento que essa guinada discursiva provoca, pois subjacente a elas há mudanças profundas cujas determinações demandam investigação rigorosa, radical, capaz de explicar a gênese do fenômeno social, estrutura e dinâmica, muitas formas que assume em seu desenvolvimento.

Testemunhamos o aumento da concentração de riquezas, de formação de oligopólios e falências de pequenas empresas, aumento do desemprego e da miséria, a crise do capital. Nesse contexto inóspito, o bloco no poder deixa claro que coloca o lucro acima das vidas humanas escancarando a luta de classes. Os OM, representando interesses do grande capital, buscam abrir espaços para a valorização do valor em todos os setores e em qualquer território. O Estado adere, corrobora, atende aos programas internacionais de ajustes e coetaneamente as demandas da burguesia interna, evidenciando que, no capitalismo, o Estado não é neutro, nem do bem comum, é de classe.

Ao longo de seus trabalhos é possível identificar a importância da utilização de um amplo e cuidadoso aparato documental como base para investigação das políticas educacionais, sem perder de vista, contudo, a necessidade de uma análise aprofundada dos sentidos dos discursos que as acompanham, seja implícita ou explicitamente. Qual o principal objetivo desse método de pesquisa e quais as principais referências teóricas que subsidiam essas investigações?

Esse vasto corpus documental é empiria para nossas pesquisas. Lê-los é fundamental, mas insuficiente para apreender o sentido da política. Para compreender o sentido das reformas propostas, desvelar-lhes a essência, é necessário compreendê-la como síntese de múltiplas determinações. Ao longo destes anos, fomos estudando o método de Marx e sistematizando uma forma de trabalhar com a análise de documentos. Coletivamente fomos sistematizando, no Gepeto, como analisávamos documentos. Essa iniciativa deu origem a muitas oficinas e cursos que ministrei com Olinda. Investigamos o documento como evidência histórica, analisando o sentido do discurso, as fontes utilizadas, a forma com que interpretam os dados, como apresentam e o que ocultam, hegemonia discursiva produzida, a intencionalidade do autor e a direção visada. Nosso objetivo é captar o dito e o não dito, o que está nas entrelinhas, os slogans sob os holofotes e os aspectos que ficam ocultos na penumbra. Discutimos os slogans – qualidade, inclusão, equidade, sustentabilidade, entre outros - para o qual se dirigem os holofotes que produzem um efeito de *luzes que desiluminam* (EVANGELISTA; SHIROMA, 2014). Nossas pesquisas procuram desvelar o que foi retirado de cena mas é absolutamente necessário para compreensão da história real que não pode ser contada ao grande público. Algumas categorias do materialismo histórico – aparência e essência, hegemonia, ideologia, reprodução, contradição e totalidade – são essenciais para construir esse contra discurso, desvelar os artifícios para a construção do discurso da reforma. Procuramos nos fundamentar principalmente em Marx, Engels e Gramsci, e marxistas contemporâneos que subsidiam nossas análises da conjuntura, e no campo da linguística, nos embasamos em autores da linguística que fazem uma análise crítica do discurso, como Eni Orlandi e Norman Fairclough que toma o discurso como prática social. Analisamos os

documentos como empiria, acompanhamos as principais reformas, particularmente no campo educacional, e procuramos explicar suas determinações. Nessa empreitada, buscamos os sujeitos mais influentes na formulação das ideias, a origem das propostas. Com frequência encontramos referências aos OM. Trabalhamos com a hipótese de que os OM representam interesses do capital internacional nas várias áreas em que buscam valorizar o valor. O interesse em definir os rumos das políticas públicas nos países periféricos é crucial ao capital que busca reverter a tendência de queda da margem de lucros, alavancar seus negócios, vender mercadorias e serviços, investir em patentes, financiar startups, estimular *spinoffs*, criar novos modelos de negócios no que consideram obsoleto, por exemplo, nas universidades públicas centenárias para serem reconfiguradas com programas tipo *Future-se* que almejam sua transformação em “ativo” de grandes oligopólios que se digladiam na era da finança mundializada. Esse interesse econômico e político, se soma ao político ideológico e cultural de formação e controle da força de trabalho.

Nessa importante construção de sua trajetória acadêmica qual a importância que você atribui as experiências coletivas de pesquisa para o avanço da investigação das políticas educacionais? Como elas podem se transformar em ferramentas de intervenção na realidade concreta dos espaços de atuação de professoras e professores?

Essa pergunta remete ao papel do intelectual, no sentido gramsciano do termo, sua atividade de produzir conhecimento e atuar na formação da próxima geração. Os intelectuais orgânicos do capital na tarefa central de produção de consensos, construção de uma hegemonia discursiva capaz de difundir uma visão de mundo, colonizar os discursos com uma novilíngua² que operando ressignificação de conceitos, acabam por formatar modos de pensar e fazer educação. Por essa razão, a formação de professores é tão visada e políticas docentes ganham programas especiais desenvolvidos pela OCDE, BM e Unesco e suas sucursais pelo globo.

Conhecimento, cultura, educação são alvo de reformas, professores, pesquisa, ciência, universidade, sofrem ameaças, controle, cerceamento não porque são improdutivos, mal geridos, mas justamente pelo que são capazes de produzir e fazer, com autonomia para pesquisar um problema socialmente relevante, formação humana pautada em princípios e valores voltado a igualdade, aos direitos.

Um programa de pesquisa é potencializado quando desenvolvido por um grupo de pesquisadores que compartilha de uma mesma perspectiva teórica e compartilham resultados, descobertas, hipóteses e levantam questões para serem respondidas com esforço coletivo. Livros, artigos, oficinas e cursos oferecem lentes, um caminho para socialização e produção de conhecimento que permitam entender ou por questões à realidade.

Nossos estudos, pesquisas, diagnósticos de tendências, análises e sistematizações de documentos de política visam oferecer sínteses para subsidiar as leituras da realidade, chaves para interpretação do sentido das reformas, das políticas que subtraem direitos, e poder oferecer elementos para compreensão dos fenômenos sociais, numa época em que reina o oposto, a anti-ciência, desprezo à cultura, a necropolítica. Podemos elencar muitas iniciativas como lives, cursos, blogs, oficinas, seminários de formação para professores e gestores, debates com a comunidade escolar, pesquisa participante, projetos interdisciplinares articulando escola básica e universidade, entre outras formas de atuação do grupo de pesquisa que constitui ferramentas de intervenção na realidade concreta dos espaços de atuação, na escola, universidade, nos movimentos sociais, no sindicato, no partido, enfim nos coletivos que lutam pela transformação.

² Analogia a obra de George Orwell, 1984.

No momento em que realizamos essa entrevista estamos vivendo um dramático desafio para a manutenção da sociabilidade humana, com uma pandemia de dimensão devastadora que desnuda o limite das políticas neoliberais e o papel dos Estados nacionais diante de uma crise aguda do modo de produção capitalista. Na sua opinião quais os desafios da educação nesse momento e o que podemos esperar para o futuro?

A curva de casos confirmados e mortes está em ascensão neste momento. Agravando a situação, para além da pandemia, a ameaça a vida se dá pelas medidas predatórias adotadas pelo bloco no poder, que colocam em risco a vida dos trabalhadores ao priorizar os lucros. Diante dessa correlação de forças que nos é desfavorável, os desafios são múltiplos e enormes em todos os campos. Para além das dificuldades interpostas pela quarentena, a educação é prejudicada pela EC 95/2016, pelos ataques privatistas que veem na crise sanitária a oportunidade de alavancar seus negócios de vendas de produtos e serviços de soluções digitais, materiais didáticos, cursos de formação para professores, gestores e pais. Reuniões de Undime e Consed, e os eventos de educação tornaram-se espaços para exposição e venda destas mercadorias. Os problemas que atingem a educação não foram produzidos nem serão solucionados por ela, não podem ser atribuídos aos professores, estudantes e trabalhadores da educação.

O isolamento social dificulta a organização e manifestações de rua que deem visibilidade a crescente indignação com os absurdos desse desgoverno. É urgente frear a barbárie, as políticas destruição da vida, o desmonte da educação pública, a expropriação dos direitos, a naturalização de mortes, o fascismo, xenofobia, homofobia, destruição da floresta a degradação do trabalho, o terraplanismo e tanto irracionalismo que escancara a crise civilizatória aguda em que nos encontramos. Como alerta Mészáros (2010), mudanças precisam ser essenciais. Em contraposição, vemos emergir movimentos fortes, com potencial, porém desconectados e não claramente articulados com a luta anticapitalista, por transformações de base. Claro, portanto, que realizar transformação substantiva não pode ser tarefa só da educação. Não obstante, lutarmos por manter a educação pública, socializando conhecimento, ciência, tecnologia e cultura, produzindo conhecimento que permita compreender a realidade para transformá-la é fundamental.

Agradeço, Fernando, essas questões que evocaram as memórias para resgatar a trajetória de pesquisas, reiterando como foram fundamentais os grandes mestres, os autores que li, os colegas do grupo de pesquisa Gepeto, as pesquisas críticas de outros grupos, os trabalhadores que entrevistei e que tanto ensinaram sobre seu trabalho e suas lutas. Nossas trajetórias se mesclam, se alimentam, das trocas e experiências compartilhadas com os que caminham ao lado, ou na mesma direção, batalham pelas causas importantes contra a exploração, as opressões, as injustiças e, dentre outros espaços, lutam também nas trincheiras da educação por objetivos que, dela, vão além.

Professora Eneida Otto Shiroma, nós, do NUFOPÉ, é que agradecemos a sua contribuição nessa entrevista que certamente irá colaborar como estímulo para seguirmos no desenvolvimento de novas pesquisas na área da Educação, principalmente na formação de professores e na crítica das políticas educacionais, como forma de intervenção qualificada na realidade concreta e na construção de novas formas de subjetividades para além do capital. Mais uma vez, obrigado.

Referências

BRASIL. **Emenda constitucional N. 95**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1. Nº 241, sexta-feira, 16 de dezembro de 2016.

DALE, R. Specifying globalization effects on national policy: a focus on the mechanisms. In: LINGARD, B.; OZGA, J. (Eds.). **The Routledge Falmer Reader in Education Policy and Politics**. Abingdon: Routledge, 2007. p.48-74

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. Luzes que desiluminam: uma análise dos slogans na política educacional. In: EVANGELISTA, O. (org.) **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2014.p.11-20.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB.

MARX, Karl. O método da economia política. Revista Crítica Marxista, Campinas, SP, n. 30, p. 103-126, 2010. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/documento11Documento.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2016.

MARI, Cezar Luiz de. “Sociedade do Conhecimento” e Educação Superior na década de 1990: O Banco Mundial e a produção do desejo irrealizável de Midas. 2006. 265f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2006.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, Francis M. G.; RIZOTTO, Maria L. F. (Org.) **Estado e políticas sociais**. Cascavel: Edunioeste, 2003. p.11-28.

OEA. **Los proyectos hemisféricos en educación: matriz de aportaciones de organismos internacionales**. 2003. Tercera Reunión de Ministros De Educación. México D.F., 2003. Disponível em: www.oas.org/udse/informeIIIministerial/.../8ProyectosHemisfericos.doc. Acesso em: 15/07/2010.

SHIROMA, E.; EVANGELISTA, O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, G.; RUMMERT, S. M.; GONÇALVES, L. **Trabalho e Educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2018, p. 87 – 124.

SHIROMA, Eneida. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 5, p. 1-22, 2020.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M.; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.